REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

EDUCAÇÃO INFANTIL EM FOCO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NAS ESCOLAS PAULISTAS

EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN FOCUS: PEDAGOGICAL PRACTICES AND CONTEMPORARY CHALLENGES IN SÃO PAULO SCHOOLS

Ciências Sociais Aplicadas • 20/06/2025

REGISTRO DOI: 10.5281/zenodo.15702998

Alessandra de Fátima Cardoso de Sousa[1]

Kevin Cristian Paulino Freires[2]

Ana Paula Cardoso[3]

Fabiana Cristina Amaro Teodoro[4]

RESUMO

Este trabalho aborda a Educação Infantil no contexto das escolas públicas paulistas, considerando as transformações e exigências que marcam as práticas pedagógicas contemporâneas. Reconhecendo a importância dessa etapa da Educação Básica para o desenvolvimento integral da criança, a pesquisa teve como objetivo analisar as práticas pedagógicas e os desafios enfrentados pelas instituições de Educação Infantil no estado de São Paulo, com ênfase nas inovações metodológicas, nas desigualdades socioculturais e nas questões de inclusão. Para tanto, utilizou-se uma abordagem bibliográfica e de natureza qualitativa, fundamentada em autores consagrados e documentos oficiais que tratam da infância, do currículo e das políticas públicas educacionais. Os resultados indicam que, embora existam avanços significativos nas práticas pedagógicas, persistem desafios relacionados à formação docente, à infraestrutura escolar e à garantia de uma educação equitativa e inclusiva. Conclui-se que o fortalecimento da Educação Infantil requer investimentos contínuos em formação, políticas públicas eficazes e maior articulação entre teoria e prática no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Desafios educacionais. Educação Infantil. Escolas paulistas. Pedagogia contemporânea. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This paper addresses Early Childhood Education in the context of public schools in São Paulo, considering the transformations and demands that mark contemporary pedagogical practices. Recognizing the importance of this stage of Basic Education for the integral development of children, the research aimed to analyze the pedagogical practices and challenges faced by Early Childhood Education institutions in the state of São Paulo, with an emphasis on

methodological innovations, sociocultural inequalities and inclusion issues. To this end, a bibliographic and qualitative approach was used, based on renowned authors and official documents that deal with childhood, curriculum and public education policies. The results indicate that, although there are significant advances in pedagogical practices, challenges related to teacher training, school infrastructure and the guarantee of an equitable and inclusive education persist. It is concluded that strengthening Early Childhood Education requires continuous investment in training, effective public policies and greater articulation between theory and practice in everyday school life.
Keywords: Educational challenges. Early childhood education. Schools in São Paulo. Contemporary pedagogy. Pedagogical practices.

1 Introdução

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, conforme preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96). Sua origem remonta às iniciativas assistencialistas do século XIX, que, ao longo do tempo, foram ressignificadas por políticas públicas que passaram a reconhecer o direito à educação desde os primeiros anos de vida. Atualmente, entende-se que a Educação Infantil vai além do cuidado, sendo um espaço privilegiado de aprendizagem e construção de saberes, onde práticas pedagógicas intencionais e mediadas promovem o desenvolvimento pleno da criança.

Nesse contexto, as escolas paulistas têm desempenhado um papel essencial na materialização das diretrizes nacionais, adaptando-se aos desafios impostos por transformações sociais, culturais e tecnológicas. A expansão do acesso, as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as novas configurações familiares e comunitárias vêm exigindo um redesenho das práticas pedagógicas para que estejam alinhadas com a pluralidade e complexidade das infâncias contemporâneas. No estado de São Paulo, esse cenário é ainda mais expressivo, dada sua diversidade regional e os diferentes contextos socioeconômicos em que se inserem as instituições de Educação Infantil.

Como exemplo dessas transformações, observa-se a incorporação de metodologias ativas, projetos interdisciplinares, uso de tecnologias digitais e a valorização da escuta sensível do aluno como protagonista do processo educativo. Em cidades como Campinas, São José dos Campos e a própria capital paulista, diversas escolas têm investido em formações docentes, reestruturação dos espaços escolares e novas propostas curriculares, como estratégias para responder às demandas do século XXI e às especificidades do público infantil. Diante dessa realidade, a presente pesquisa se propõe a responder ao seguinte problema: quais são os principais desafios e inovações pedagógicas enfrentados pelas escolas de Educação Infantil no estado de São Paulo frente às exigências contemporâneas do ensino?

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre os modos como as escolas da rede pública paulista têm buscado enfrentar os dilemas pedagógicos e estruturais da atualidade, sobretudo no que se refere à qualidade da formação docente, à inclusão social e à efetividade das práticas

pedagógicas na infância. Ao refletir sobre os limites e as possibilidades da Educação Infantil no contexto paulista, espera-se contribuir para a construção de caminhos mais equitativos e inovadores. A relevância deste estudo reside no fato de que, ao investigar os desafios contemporâneos da Educação Infantil nas escolas paulistas, é possível subsidiar políticas públicas mais eficazes e práticas pedagógicas mais justas, sensíveis à diversidade das infâncias e comprometidas com o direito à educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.

Este trabalho objetiva analisar as práticas pedagógicas e os desafios contemporâneos enfrentados pelas escolas de Educação Infantil no estado de São Paulo, com foco na inovação metodológica, na inclusão e nas desigualdades socioculturais que permeiam o cotidiano escolar. O percurso metodológico adotado para esta investigação consiste em uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, com base em autores que discutem a Educação Infantil, as políticas públicas educacionais, a inovação pedagógica e a inclusão. A análise será conduzida a partir da leitura crítica de obras acadêmicas, legislações, artigos científicos e documentos oficiais pertinentes à temática.

O percurso teórico estará ancorado em contribuições de estudiosos como Oliveira (2012), Kramer (2005), Ariès (1981), Barbosa (2010), BNCC (2017) e os documentos oficiais da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, que discutem a importância das práticas pedagógicas intencionais, da escuta ativa, do respeito à diversidade e das condições institucionais necessárias para o desenvolvimento da infância com dignidade e qualidade.

A estrutura deste trabalho está organizada em quatro partes principais: a Introdução apresenta os elementos iniciais da pesquisa, incluindo a problematização, justificativa, relevância, objetivos e metodologia; o primeiro capítulo — “Inovações Metodológicas e a Construção de Saberes na Educação Infantil Paulista” — discute as práticas pedagógicas contemporâneas e suas contribuições para a aprendizagem; o segundo capítulo — “Desigualdades Socioculturais e os Desafios da Inclusão nas Escolas de Educação Infantil” — analisa os obstáculos estruturais e as estratégias de inclusão social e educacional; e por fim, a Conclusão retoma os principais achados e propõe considerações finais e sugestões para futuras investigações.

2 Inovações Metodológicas e a Construção de Saberes na Educação Infantil Paulista

As metodologias ativas constituem um conjunto de estratégias pedagógicas centradas na participação efetiva do estudante no processo de construção do conhecimento, rompendo com a lógica tradicional da transmissão passiva de conteúdos. Seu surgimento está atrelado a teorias construtivistas e sociointeracionistas da educação, especialmente às contribuições de Piaget e Vygotsky, que defendem o protagonismo da criança na aprendizagem. Segundo Almeida e Valente (2019), essas metodologias valorizam a mediação docente, o uso crítico das tecnologias e a problematização da realidade como elementos essenciais para uma formação significativa e transformadora.

Além disso, no contexto da Educação Infantil paulista, a implementação de metodologias ativas tem ganhado destaque como uma resposta às exigências da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que orienta o trabalho pedagógico com base em direitos

de aprendizagem e campos de experiência. De acordo com Nobre et al. (2023), a BNCC propõe uma abordagem curricular que considera a criança como sujeito histórico, ativo e competente, o que implica a valorização de práticas pedagógicas que promovam a escuta, a experimentação e a interação. Freires et al. (2024) reforçam que a incorporação dessas metodologias na Educação Infantil permite o desenvolvimento de habilidades do século XXI, como pensamento crítico, criatividade, colaboração e autonomia.

À vista disso, escolas de diversas regiões do estado de São Paulo têm promovido experiências inovadoras que exemplificam a aplicação de metodologias ativas na Educação Infantil. Como destacam Silva e Santos (2018), projetos interdisciplinares, ateliês de artes integradas, oficinas sensoriais, brincadeiras estruturadas e uso de tecnologias digitais — como tablets com aplicativos educativos — têm se mostrado estratégias eficazes para envolver as crianças em atividades que estimulam múltiplas linguagens e competências. Tais práticas, além de alinhadas aos referenciais teóricos contemporâneos, contribuem para tornar a aprendizagem mais significativa e conectada ao mundo real vivido pelas crianças.

Dessa maneira, a integração das tecnologias digitais no ambiente educacional refere-se ao uso intencional e pedagógico de recursos tecnológicos — como computadores, tablets, lousas digitais, aplicativos e plataformas interativas — com o objetivo de potencializar a aprendizagem. A origem dessa perspectiva está relacionada à evolução das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e à sua crescente presença no cotidiano social, o que motivou reflexões sobre seu papel formativo. Para Almeida e Valente (2019), essa integração deve ocorrer de forma crítica e alinhada ao currículo, de modo a promover experiências

significativas que contribuam para o desenvolvimento integral dos alunos.

Com isso, a Educação Infantil no estado de São Paulo tem sido gradualmente impactada por políticas públicas e programas educacionais que visam promover a cultura digital nas escolas, especialmente após a inclusão da competência geral nº 5 da BNCC, que trata da utilização de tecnologias digitais de forma crítica e ética. Conforme apontam Nobre et al. (2023), a incorporação dessas tecnologias nas práticas pedagógicas deve respeitar a especificidade da infância, considerando suas formas próprias de aprender e interagir com o mundo. Nesse sentido, Freires et al. (2024) ressaltam que as tecnologias digitais, quando mediadas de maneira adequada, podem ampliar o repertório cultural das crianças, estimular a curiosidade e favorecer a construção de saberes por meio de experiências interativas e criativas.

Ademais, há experiências concretas em escolas públicas paulistas que ilustram o potencial das tecnologias digitais na Educação Infantil. Como relatam Silva e Santos (2018), iniciativas como o uso de lousas digitais para contar histórias interativas, a gravação de vídeos pelas próprias crianças, e o desenvolvimento de atividades com aplicativos voltados à alfabetização inicial são exemplos de práticas pedagógicas que articulam tecnologia e aprendizagem de forma integrada. Tais experiências demonstram que, quando utilizadas com intencionalidade educativa e sensibilidade pedagógica, as tecnologias digitais se tornam ferramentas de expressão, investigação e construção do conhecimento, respeitando o ritmo e as necessidades da criança pequena.

A formação docente para a inovação na Educação Infantil refere-se à preparação teórica, prática e ética dos professores para atuarem com intencionalidade pedagógica em contextos que exigem criatividade, uso de tecnologias e novas abordagens de ensino. Essa formação se desdobra em dois eixos complementares: a formação inicial, oferecida nos cursos superiores de licenciatura, e a formação continuada, que ocorre no exercício da prática profissional. Segundo Almeida e Valente (2019), a construção de trajetórias curriculares convergentes com as transformações da sociedade contemporânea exige que o professor se aproprie das tecnologias e dos novos modos de aprender, promovendo práticas que dialoguem com os desafios atuais da educação.

Consoante a isso, no estado de São Paulo, os desafios enfrentados pelas instituições públicas no que diz respeito à inovação na Educação Infantil estão diretamente relacionados à qualidade da formação oferecida aos docentes. A BNCC, conforme analisam Nobre et al. (2023), estabelece diretrizes que demandam um novo perfil de educador: reflexivo, pesquisador e comprometido com a aprendizagem ativa das crianças. Freires et al. (2024) afirmam que, para integrar efetivamente as habilidades do século XXI ao cotidiano escolar, é necessário um processo formativo que vá além da transmissão de conteúdos, focando em competências como resolução de problemas, colaboração, pensamento crítico e uso pedagógico das tecnologias.

Exemplificando, algumas redes municipais e estaduais paulistas têm desenvolvido programas de formação continuada voltados especificamente à Educação Infantil, como oficinas pedagógicas, grupos de estudo e formação em serviço sobre metodologias ativas e recursos digitais. Como destacam Silva e Santos (2018), há também

parcerias com universidades públicas que oferecem cursos de extensão e especialização com foco na inovação educacional. Tais ações têm contribuído para que os professores se sintam mais preparados para planejar atividades significativas, adaptadas ao contexto das infâncias contemporâneas e às demandas do currículo, fortalecendo a identidade profissional docente e a qualidade da prática pedagógica.

3 Desigualdades Socioculturais e os Desafios da Inclusão nas Escolas de Educação Infantil

As barreiras estruturais na Educação Infantil referem-se aos entraves físicos, econômicos, administrativos e de infraestrutura que comprometem a oferta equitativa e a qualidade do atendimento educacional às crianças. Sua origem está profundamente relacionada às desigualdades históricas e regionais do Brasil, marcadas por processos de urbanização desequilibrada, concentração de renda e políticas públicas fragmentadas. De acordo com Almeida e Valente (2019), essas desigualdades impactam diretamente a distribuição dos recursos tecnológicos e pedagógicos nas instituições escolares, gerando disparidades no acesso às oportunidades de aprendizagem e inovação educacional.

Diante disso, o estado de São Paulo, apesar de ser economicamente desenvolvido, apresenta profundas desigualdades regionais no campo educacional. Enquanto alguns municípios contam com redes de ensino bem estruturadas, outras localidades, especialmente nas periferias urbanas e zonas rurais, enfrentam déficits na infraestrutura escolar, ausência de equipamentos tecnológicos e carência de profissionais qualificados. Segundo Nobre et al. (2023), a implementação da BNCC em contextos

desiguais revela tensões entre as propostas curriculares nacionais e as realidades locais, evidenciando a necessidade de políticas mais sensíveis às especificidades socioterritoriais. Freires et al. (2024) acrescentam que a superação dessas barreiras exige uma gestão comprometida com a equidade e com a formação de professores capazes de atuar em contextos adversos.

À exemplo disso, é possível observar que, em municípios do interior paulista e nas regiões periféricas da capital, muitas escolas de Educação Infantil operam em prédios improvisados, com salas multietapas, ausência de materiais pedagógicos diversificados e escassa conectividade digital. Como destacam Silva e Santos (2018), essas limitações comprometem não apenas a execução das propostas curriculares, mas também o bem-estar e o desenvolvimento das crianças, que deveriam vivenciar experiências educativas de forma integral. Iniciativas pontuais de investimento, embora importantes, ainda não conseguem romper com as estruturas excludentes historicamente enraizadas, sendo urgente a ampliação de políticas públicas voltadas à justiça social e educacional.

Desse modo, as políticas de inclusão educacional dizem respeito ao conjunto de diretrizes, legislações e ações voltadas à garantia do acesso, permanência, participação e aprendizagem de todos os alunos, com atenção especial àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade ou que apresentam necessidades específicas. Tais políticas têm origem nos movimentos internacionais pelos direitos humanos e se consolidam no Brasil com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/96) e, mais recentemente, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Para

Almeida e Valente (2019), essas políticas exigem reestruturações curriculares e pedagógicas, incluindo o uso de tecnologias assistivas e práticas flexíveis, a fim de promover a equidade e o reconhecimento das diferenças.

Ademais, na Educação Infantil paulista, o atendimento à diversidade infantil ainda enfrenta desafios significativos, mesmo diante dos avanços legislativos e normativos. A BNCC, como afirmam Nobre et al. (2023), reconhece a diversidade como princípio formador e orienta o trabalho pedagógico com base no respeito às diferentes culturas, identidades, modos de ser e aprender. Contudo, como apontam Freires et al. (2024), a efetivação dessas diretrizes requer ações concretas, como formação docente especializada, adaptação dos ambientes escolares, disponibilização de profissionais de apoio e construção de propostas pedagógicas centradas na escuta e nos direitos das crianças. A ausência desses elementos pode fazer com que a inclusão permaneça apenas no plano teórico.

Exemplificando, algumas escolas da rede pública paulista têm buscado desenvolver ações inclusivas por meio de projetos de acolhimento à diversidade, salas de recursos multifuncionais e parcerias com instituições especializadas. Como relatam Silva e Santos (2018), há experiências bem-sucedidas em unidades que adotam práticas de mediação com brinquedos adaptados, comunicação alternativa e estratégias pedagógicas baseadas em observação e escuta ativa das crianças com deficiência. Entretanto, essas práticas ainda são isoladas e, muitas vezes, dependem da iniciativa de profissionais específicos, revelando a importância da consolidação de políticas institucionais contínuas e efetivas que assegurem a inclusão como um direito e não como exceção.

Ainda assim, o papel da escola na promoção da equidade e do reconhecimento das diferenças está vinculado à sua função social de garantir o direito à educação de qualidade para todos, respeitando as singularidades de cada sujeito. A equidade, nesse contexto, não significa tratar todos de forma igual, mas oferecer condições específicas e necessárias para que todos tenham acesso às mesmas oportunidades. A origem dessa concepção remonta às teorias críticas da educação, que denunciam as desigualdades reproduzidas pelo sistema escolar. Para Almeida e Valente (2019), a escola precisa ser um espaço de diálogo e de construção coletiva, no qual as tecnologias, o currículo e as práticas sejam ajustadas às realidades plurais dos estudantes.

Sendo assim, nas escolas de Educação Infantil paulistas, torna-se cada vez mais urgente assumir uma postura pedagógica que reconheça as múltiplas infâncias, os diferentes contextos sociais e as variadas expressões culturais como componentes legítimos do processo educativo. A BNCC, conforme destacam Nobre et al. (2023), propõe uma abordagem que valoriza a diversidade e orienta a prática pedagógica com base em princípios como o respeito, a empatia, a justiça social e a valorização das diferentes formas de ser e estar no mundo. Freires et al. (2024) reforçam que o currículo precisa estar comprometido com a formação integral dos sujeitos, combatendo as exclusões históricas e promovendo a construção de identidades positivas desde os primeiros anos escolares.

Com isso, diversas experiências nas escolas públicas paulistas têm buscado promover a equidade e o reconhecimento das diferenças por meio de projetos multiculturais, rodas de conversa sobre identidade e pertencimento, e práticas pedagógicas que acolhem as narrativas e os saberes das crianças. De acordo com Silva e Santos

(2018), iniciativas como a inserção de elementos da cultura afro-brasileira e indígena no cotidiano escolar, a valorização das línguas familiares em contextos migrantes e o trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade são estratégias fundamentais para construir uma escola democrática e inclusiva. Essas práticas, ao invés de reforçar estigmas, potencializam a aprendizagem e contribuem para a formação de sujeitos mais conscientes, críticos e respeitosos com a diversidade.

4 Conclusão

Dessa maneira, ao retomar o objetivo geral deste trabalho — analisar as práticas pedagógicas e os desafios contemporâneos enfrentados pelas escolas de Educação Infantil no estado de São Paulo, com foco na inovação metodológica, na inclusão e nas desigualdades socioculturais — é possível afirmar que ele foi plenamente atingido. A pesquisa permitiu compreender, por meio da análise bibliográfica, como as escolas paulistas vêm desenvolvendo estratégias para responder às demandas atuais da Educação Infantil, destacando ações inovadoras e os entraves enfrentados na promoção de uma educação equitativa e significativa.

Além disso, os principais resultados obtidos evidenciaram que as práticas pedagógicas nas escolas de Educação Infantil paulistas têm buscado se transformar diante das exigências do século XXI, incorporando metodologias ativas, abordagens lúdicas e uso de tecnologias. No entanto, essas iniciativas convivem com desigualdades estruturais, como a carência de formação continuada para os profissionais, a escassez de recursos pedagógicos em algumas regiões e os desafios da inclusão de crianças em contextos de vulnerabilidade. A análise demonstrou que o êxito dessas práticas

está intrinsecamente ligado ao comprometimento institucional e ao suporte das políticas públicas.

Consoante a isso, as contribuições teóricas deste estudo concentram-se na articulação entre teoria e prática no campo da Educação Infantil, ao reunir e sistematizar discussões contemporâneas sobre inovação, inclusão e equidade nas escolas públicas do estado de São Paulo. A partir da análise crítica de autores consagrados e documentos oficiais, o trabalho fortalece o debate sobre a importância de repensar o currículo, as estratégias pedagógicas e o papel do educador frente às transformações sociais e culturais que impactam as infâncias.

À vista disso, destaca-se que esta pesquisa não apresentou limitações metodológicas que comprometessem sua condução ou os resultados obtidos. O método escolhido — pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa — foi eficaz para atingir os objetivos propostos, considerando-se que a abordagem teórica permitiu compreender profundamente as problemáticas abordadas sem restrições significativas ao alcance analítico. Não houve impedimentos que limitassem a amplitude das reflexões, uma vez que a fundamentação foi cuidadosamente selecionada e atualizada.

Com isso, para trabalhos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas empíricas que envolvam a observação direta em escolas de diferentes regiões do estado de São Paulo, possibilitando uma análise comparativa das práticas pedagógicas implementadas nos contextos urbanos e rurais. Também seria pertinente investigar a percepção de professores, gestores e famílias sobre os impactos das inovações metodológicas e das políticas de inclusão no cotidiano escolar, a fim de aprofundar o diálogo entre teoria e realidade

educacional. Estudos com abordagem participativa e pesquisa-ação poderiam contribuir significativamente para a construção coletiva de soluções voltadas à melhoria da Educação Infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, M. E. B., Valente, J. A. (2019). Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes? São Paulo: Paulus.

Freires, K. C. P. *et al*. Reformulando o currículo escolar: Integrando habilidades do século XXI para preparar os alunos para os desafios futuros. Revista fisio&terapia, v. 28, p. 48-63, 2024. Disponível em: https://revistaft.com.br/reformulando-o-curriculo-escolar-integrando-habilidades-do-seculo-xxi-para-preparar-os-alunos-para-os-desafios-futuros/. Acesso em: 27 ago. 2024.

Nobre, D. B. A., Pereira, F. A., Capilupe, L. L. A., Silva, R. A. de M., & Silva Júnior, S. L. da. (2023). Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Brasileiro na Atualidade. Revista Ilustração, 4(2), 29–36. https://doi.org/10.46550/ilustracao.v4i2.151

Silva, M. V. da, & Santos, J. M. C. T. (2018). A BNCC e as implicações para o currículo da educação básica. In Anais do Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido.

---

[1] Mestranda em Educação pela Universidad Europea del Atlántico. e-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[2] Doutorando em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). e-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[3] Mestranda em Educação pela Universidad Europea del Atlántico. e-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.

[4] Mestranda em Educação pela Universidad Europea del Atlántico. e-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail.